

LIDANDO COM A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: RELATO DA EXPERIÊNCIA DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO À MULHER NO BRASIL

Waldecíria Costa

APEM e FPCEUP

Resumo Esta comunicação tem como objectivo apresentar a experiência do CAM – Centro de Atendimento à Mulher «25 de Novembro». Este programa da Secretaria Municipal da Mulher da cidade de Londrina – PR – BR a partir das reivindicações dos movimentos de mulheres e conta com uma equipe de profissionais das áreas de Direito, Psicologia e Serviço Social, oferecendo atendimento interdisciplinar a mulheres em situação de violência. O trabalho tem como objectivo geral promover, defender e resgatar os direitos das mulheres em situação de violência psicológica, física, sexual e social, bem como, garantir a sua integridade física e o resgate de sua auto-estima. O trabalho desenvolvido no CAM pauta-se no reconhecimento das inúmeras dimensões e factores relacionados ao problema da violência de género. A diversidade de intervenções tem como objectivo enfrentar o enorme desafio de prestar assistência às mulheres, face à gravidade das situações violentas e atender objectivos a longo prazo, como capacitação, conscientização e auto-organização política, aspectos que perpassam as reflexões das e dos profissionais que actuam no serviço, que actuam na tentativa de contribuir para o *empowerment* dessas mulheres, possibilitando novas perspectivas de vida. A intenção é de superar um tipo de atendimento de emergencial que pode limitar muitos dos programas desse tipo.

Palavras-chave violência contra as mulheres, centros de atendimento, atendimento interdisciplinar.

O atendimento às Mulheres em Situação de Violência – uma luta pelos direitos humanos

As relações hierarquizadas entre homens e mulheres ainda se constituem em prática social dominante, reflectindo-se em inúmeras discriminações contra as mulheres nos campos económico, político, cultural e racial, entre outros. Nesse quadro, insere-se a violência doméstica, ou mais especificamente, a violência contra a mulher, fenómeno mundial ainda muito presente nas relações entre homens e mulheres de diferentes estratos sociais, culturais e raciais. Lidar com essa questão constitui um desafio que «implica sobretudo em uma mudança profunda nos padrões, representações e conceito do que é legítimo como atitude no cenário de disputas e conflitos de uma sociedade de desigualdades estruturais – de raça-etnia, de classes, de género». (Camargo, 1998: 1).

Essas categorias sociais discriminadas, que formam as contradições estruturais de nossa realidade, têm reivindicado através de movimentos específicos

aumentar suas capacidades sociais e políticas. Segundo Saffiotti (2001) embora as lutas por uma cidadania ampliada venham sendo prejudicadas, principalmente a partir dos anos 90, com a implementação de políticas neo-liberais, ainda assim está presente na sociedade brasileira a visão da necessidade de se protegerem os direitos humanos da população.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1947 proclamou em seu Artigo Segundo a igualdade de direitos entre todos os seres humanos sem distinção de qualquer espécie como raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza. A realidade, porém, mostra que grande parte desse pensamento ficou apenas na letra. Somente em 1979, foi aprovada pela Assembleia-geral da ONU a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação Contra as Mulheres – CEDAW, que entrou em vigor em 1981, com a assinatura de 20 países. Essa declaração enfoca dois aspectos essenciais: a igualdade entre os sexos e a necessidade de eliminar a discriminação (Ardaillon, 1998). Sem dúvida, esse é um marco na luta das mulheres na busca de seus direitos de cidadania. Constituiu-se em um forte instrumento de luta das mulheres pela criação de políticas públicas que viabilizassem a possibilidade de uma cidadania ampliada, não apenas no que diz respeito à violência mas em vários outros aspectos da vida econômica, política e social.

Foi necessário buscar estatuto de problema público para esta questão, considerada até então como pertencente ao âmbito dito privado, onde deveria permanecer oculto ao público, assim como o abuso sexual contra crianças, a divisão do trabalho doméstico entre os sexos, entre outras questões.

O Estado brasileiro ainda não adotou como política de nível ministerial o atendimento aos problemas da violência contra a mulher, como o fez com as políticas de atenção integral à saúde da mulher (mesmo que de forma deficitária), também reivindicadas pelos movimentos feministas.

Outro marco na luta pelos direitos das mulheres foi a implantação das Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher, a primeira surgindo em 1985 em São Paulo. Obtém-se daí uma visibilidade ainda maior quanto ao problema da violência, pelo número de denúncias recebidas. Com a experiência, constatou-se que as delegacias não atendiam às expectativas de constituírem-se em uma resposta global no enfrentamento da violência doméstica. As expectativas elevadas, objetivos difusos, falta de aparelhamento, ausência de capacitação de profissionais para o manejo do problema em esfera pública das situações de violência, colocaram as delegacias como alvo de críticas do movimento feminista.

Além das delegacias não estarem estruturalmente preparadas, a experiência mostrou que as denúncias não desencadeavam automaticamente a resolução da situação. As denúncias aumentaram, a violência tornou-se visível, porém, a sociedade carecia de recursos no rescaldo às «vítimas» na área social, de saúde e jurídica. Constatou-se que a situação de violência não é simplesmente um caso de polícia, mas um problema extremamente complexo envolvendo mais do que aspectos individuais.

Em vários países, têm sido criadas instituições de escuta, apoio e defesa dos direitos das mulheres violentadas, com a criação de casas abrigo, grupos de ajuda e centros de atendimento em instituições governamentais e não governamentais, baseadas na compreensão de que este é um fenómeno social, que tem suas raízes em contextos históricos onde as mulheres sempre foram encaradas não apenas como diferentes dos homens, mas inferiores a eles. Assim como em outros estados brasileiros, surge em meados dos anos oitenta em Londrina um serviço pioneiro, a nível municipal, a partir das reivindicações femininas e feministas pelos direitos das mulheres o Conselho Municipal da Condição Feminina.

A Secretaria da Mulher de Londrina e o Combate à Violência contra as Mulheres

Em 1986, foi criado o Conselho Municipal da Condição Feminina de Londrina e no âmbito das políticas públicas municipais, foram suas reivindicações o combate à violência contra a mulher e o atendimento à saúde da mulher. Em Dezembro de 1992 o Conselho foi extinto, com a criação da Coordenadoria Especial da Mulher, com o objectivo de: «coordenar e acompanhar políticas públicas e directrizes, assim como desenvolver projectos visando combater a discriminação por sexo, defender os direitos da mulher e garantir a plena manifestação de sua capacidade no âmbito do Município de Londrina». (Londrina, 2000: 48). Essa coordenadoria ganhou status de Secretaria Municipal em 1998 e tem baseado suas actuações com objectivos direccionados à ampliação da cidadania, visando o empowerment das mulheres (termo usado a partir de Beijing, 1995), o aumento de sua auto-estima, que se reconheçam como sujeitos de direitos e percebam o fenómeno da violência em seus aspectos históricos e sociais.

A Diretoria de Acções de Combate a Violência contra a Mulher faz parte da estrutura organizacional da Secretaria Municipal da Mulher e tem como atribuição planejar, dirigir e supervisionar as acções de assistência e apoio à mulher em situação de violência, e integrar às demais acções desenvolvidas pela Secretaria. A Gerência de Apoio à Mulher está vinculada a esta directoria, tendo como atribuição coordenar as actividades de atendimento social, jurídico e psicológico às mulheres que se encontram em situação de violência psicológica, física, sexual e social, através da estrutura do CAM – Centro de Atendimento à Mulher «25 de Novembro», tendo como objectivo defender os direitos dessas mulheres e garantir a sua integridade física e o resgate de sua auto-estima. (PROJECTO CAM, 2002: 1)

O programa, além do atendimento a mulheres em situação de violência, promove acções educativas de carácter preventivo como: palestras, oficinas e seminários sobre temáticas voltadas para a mulher, visando a sensibilização, a conscientização e a disseminação de informações. Essas actividades são desenvolvidas pelos técnicos envolvidos no atendimento à mulher.

Desde a criação do Programa Centro de Atendimento à Mulher (CAM) em 1993, foram atendidas quase 7.000 mulheres, sendo que nos últimos anos, com a maior divulgação do trabalho, são atendidos cerca de quarenta novos casos por mês. Esse índice indica que os casos de violência contra a mulher ainda ocorrem com grande frequência, seja violência psicológica, física, sexual ou social, tanto no âmbito privado, quanto no âmbito público. Há projecções de que apenas um terço das mulheres chegam a procurar ajuda institucional para tratar deste problema.

Os sectores de Serviço Social, Jurídico e Psicologia visam trabalhar os vários aspectos da violência, de acordo com a especificidade de cada área.

No Sector jurídico é prestado atendimento na área de direito de família, com a elaboração de petições, recursos, ajuizamentos, defesas, recursos e pareceres. Esse sector, por questões políticas, actualmente está com actuação bastante restrita.

O Sector de Serviço Social presta atendimento individual e em grupos de reflexão, realiza investigação social e elabora relatórios sociais para os processos jurídicos, efectua visitas domiciliares, orientação, encaminhamento e acompanhamento aos recursos da comunidade, além de, eventualmente, fornecer cesta básica de alimentos.

O Sector de Psicologia oferece atendimento individual em psicoterapia breve e aconselhamento e atendimento em grupos de reflexão e grupos terapêuticos. Os grupos de reflexão, em geral, são realizados em conjunto pelo sector social e de psicologia. Nos atendimentos individuais e em grupo realizados pelas psicólogas, busca-se uma atitude terapêutica e pedagógica em termos de esclarecer as mulheres sobre os componentes culturais e políticos das situações de opressão, assim como o aumento de sua auto-estima e empowerment.

Nos contactos de cada técnico que atende as mulheres, existe a preocupação de esclarecer e informar sobre seus direitos de cidadã, desde encaminhamentos para atendimentos os mais diversos em programas sociais ou obtenção de documentos. O trabalho em grupos de reflexão realizado pelas assistentes sociais e psicólogas do CAM é uma prática baseada nos grupos que surgiram pela evolução do pensamento das feministas, que ao longo de suas lutas perceberam a necessidade de desenvolver metodologias educativas para um trabalho mais efectivo de conscientização das mulheres acerca de sua condição.

Linhas de acção da Secretaria da Mulher

Justificada pelas relações que subordinam e inferiorizam as mulheres, a violência de género (que ocorre entre homens e mulheres) é um fenómeno mundial que atinge mulheres de todas as classes sociais, etnias e idades. Essas relações de poder historicamente desiguais têm na violência de género uma das suas manifestações mais perversas. O componente cultural – fortemente calcado também

em bases económicas, jurídicas, sociais e políticas desiguais – é seu sustentáculo e factor de perpetuação.

As expressões de violência mais agudas, cometidas contra as mulheres, estão situadas no âmbito das relações interpessoais, de intimidade afectiva. Agressões físicas, humilhações, torturas psicológicas, exploração, controle da vida pessoal, abandono material, divisão desigual das responsabilidades com a família e a casa, abuso de poder, bem como violência sexual, podem ser considerados «pequenos assassinatos diários» – que por situarem-se no espaço afectivo/privado, apresentam maior dificuldade para serem prevenidas, evitadas e superadas. Essa violência de género, que no trabalho da Secretaria da Mulher é encarada como um conceito muito específico, diferenciando-se da violência doméstica, parte da definição da Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher da Assembleia-geral da ONU de Dezembro de 1993:

Violência contra a Mulher é qualquer acto de violência com base no sexo que cause ou possa causar dano físico, sexual ou psicológico às mulheres ou provocar sofrimento, incluindo as ameaças de prática de tais actos, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, quer se registre na vida pública ou na vida privada¹.

Pode-se afirmar que a violência contra as mulheres se constitui em verdadeiro foco de resistência às transformações sociais de género num grave entrave ao desenvolvimento pessoal das mulheres. Além dos agravos para a saúde física e mental, a convivência quotidiana em uma relação violenta vai minando a capacidade produtiva da mulher, seu desenvolvimento (em termos de educação e trabalho), sua qualidade de vida, sua auto-estima. Compromete também as futuras gerações, que podem vir a reproduzir os padrões de relacionamento aprendidos.

Algumas intervenções realizadas pelo CAM

Na perspectiva de uma ampliação da cidadania das mulheres, especialmente promovendo o seu empowerment, são desenvolvidos pelo Centro de Atendimento à Mulher, além dos atendimentos individuais pela equipe multidisciplinar já aqui colocados, os projectos apresentados resumidamente a seguir (Andrello e Coelho, 2004).

1. Projecto Água Clara: Busca proporcionar orientação jurídica às mulheres com audiência marcada no JECRIM², orientando-as sobre seus direitos quando

1 Centro de Informações das Nações Unidas.

2 Juizado Especial Criminal, que no Brasil atende aos casos de violência contra a mulher, considerado «crime de baixo potencial ofensivo».

do comparecimento ao Jecrim em decorrência de denúncia de violência sofrida pelos companheiros.

2. Grupo Vivência: Espaço de reflexão para as mulheres sobre as questões sociais, culturais e históricas que envolvem a violência contra a mulher. Objectiva extrapolar os limites individuais da violência doméstica de forma que as mulheres possam juntas pensar formas de enfrentamento da situação que vivenciam; propiciar o surgimento de laços afectivos entre as mulheres; estimular as mulheres que são agredidas a não se calarem diante da violência sofrida; resgatar a auto-estima e os valores perdidos pelas mulheres em função da situação de violência; suscitar lideranças femininas do próprio grupo para que possam tornar-se agentes multiplicadores no combate a violência doméstica.

3. Grupo organizado de Mulheres: É um grupo formado por mulheres que já passaram ou estão em acompanhamento no CAM para atuarem na prevenção da violência doméstica em suas comunidades. Objectiva criar espaço político, institucionalizado, para reflectir questões pertinentes à violência e outras temáticas que envolvam o quotidiano feminino, para que se tornem sujeitos activos de mudança no contexto individual e colectivo; fomentar o fortalecimento de laços afectivos e sociais entre mulheres que vivenciam situação de violência, para que possam apoiar-se umas às outras; possibilitar às mulheres o acesso aos conhecimentos relacionados com género e outras temáticas; despertar nas mulheres a visão da importância de se estabelecer uma rede de grupos femininos na cidade, para fortalecer a organização feminina; estimular o envolvimento das mulheres que vivem em situação de violência a participarem em processos de decisão, controle social e reivindicações de políticas públicas, referentes à violência e outras temáticas, tanto no âmbito do Estado, como da sociedade civil.

4. Casa de Apoio Canto de Dália: Com actividades iniciadas em 2004, visa o atendimento a mulheres em grave situação de violência e com ameaças de morte por parte do companheiro.

5. Programa Rosa Viva: Atendimento às mulheres que sofrem violência sexual, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde. Tem por objectivo o atendimento na área médica, social, psicológica e jurídica às mulheres que sofrem violência sexual, além de disponibilizar os medicamentos especiais para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada. Recuperar a auto estima e a confiança da mulher agredida, além de fornecer informações sobre os procedimentos a serem adotados. O programa tem contado com uma psicóloga do CAM, em razão do quadro de funcionários da maternidade não contar com essa profissional.

6. Acções preventivas e difusão de informações:

- Peça de teatro «Cenas de um Casamento»: a proposta de montagem e apresentação da peça é levar a comunidade a reflectir sobre a gravidade do problema da violência contra a mulher, através da linguagem do teatro, ampliando o debate. Parceria com Funcart, Escola Municipal de Teatro, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Sindicato dos Servidores Públicos e Secretaria Municipal de Gestão Pública.
- Oficinas, palestras, debates de filmes, cursos e campanhas: trabalhar a prevenção e informações sobre as questões que envolvem a violência contra a mulher. Visa desenvolver acções de carácter educativo e preventivo, visando a redução dos altos índices de violência contra a mulher, com articulação das políticas públicas, tais com saúde, educação, cultura, lazer, segurança pública, habitação, comunicação, assistência social. Busca ainda instrumentalizar a colectividade com informações, através de oficinas, palestras, debates, campanhas, cursos, programas de rádio, seminários e actividades culturais, para actuar em defesa dos direitos das mulheres em situação de violência;
- Acções informativas e educativas junto a órgãos de imprensa: é fomentada a participação das e dos técnicos do CAM em entrevistas a alunos de Instituição de Ensino Superior e a Imprensa. Utilização de materiais informativos elaborados e actualizados pela equipe.

7. Projecto Promotoras de Cidadania: De carácter sócio educativo, é oferecido às mulheres das regiões norte e leste da cidade. Objectiva desenvolver um processo de formação com grupos de mulheres, possibilitando assim, que estas possam ser agentes multiplicadoras de informações e constituir nas comunidades espaços alternativos de orientação às mulheres sobre seus direitos, em especial, a prevenção e combate à violência doméstica e sexual.

O desenvolvimento destes diferentes projectos de intervenção tem sido orientado pela constante preocupação das e dos profissionais envolvidos em realizar mais do que intervenções emergenciais, também necessárias e urgentes, contribuindo para que as mulheres possam alcançar uma cidadania ampliada, em que se reconheçam como sujeitos de direitos, principalmente ao reconhecerem o seu direito básico a uma vida sem violência.

Referências Bibliográficas

Andrello, Cleusa Casarin e Coelho, Sandra Maria Pinheiro (2004), *Relatório de Actividades do Centro de Atendimento à Mulher «25 de Novembro»* – 2003, Londrina, Secretaria Municipal da Mulher.

- Ardaillon, Danielle (2002), «A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW): alicerce da cidadania das mulheres. II Colóquio de Direitos Humanos, São Paulo», <http://www.conectasur.org.pt/item3a.php>, 28.03.04.
- Camargo, Márcia (1998). *Novas Políticas Públicas no Combate à Violência contra a Mulher*. Porto Alegre (texto fotocopiado).
- Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos; Organização das Nações Unidas (1999), *Glossário*.
- Saffiotti, Heleieth (2001), «Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero», in *Cadernos Pagu* (16), Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP.

Abstract

Dealing with violence against women: experience report about Centro de Atendimento à Mulher (Women's Support Centre) – Londrina – Brasil

This article aims at presenting the experience of CAM – Centro de Atendimento à Mulher «25 de Novembro» (WSC – Women's Support Centre "25th Novembre"). This program of Secretaria Municipal da Mulher de Londrina (Women's Town Cabinet of Londrina) – PR – BR, was created in 1993, as a result of women movement's vindication. Professionals of the areas of Right, Psychology and Social Services constitute its team. It offers multidisciplinary support to women under violence situations. Since it was started, WTC has already given support to around 7 000 women.

The work at the centre aims at promoting, defend and recover the rights of women under situations of psychological, physic, sexual and social violence, as well as granting their physical integrity and self-esteem building.

The work at WTC stands on the recognition of the diverse dimensions and factors connected with the problem of gender violence. Besides the direct support to women that suffer from violence, WTC develops projects, campaigns and actions that aim at: guide and inform women about their rights; awareness arousal and building in the community about such questions in the community and reinforcement of the net.

The diversity of intervention aims to confront the great challenge of supporting women that are faced with violent situations' problems and to attain long-term objectives such as implementation, awareness and political self-organization. Such worries are present in the reflection of the professionals that work at this service in order to contribute to women's empowerment, implementing new life perspectives. It intends to overcome a kind of emergency support that may be a limitation to many of these programs.

Key words violence against women, support centres, interdisciplinary support.

Résumé

Combattre la violence contre les femmes : l'expérience du Centre d'Aide à la Femme – Londrina – Brésil

Cette communication vise la présentation de l'expérience du Centre D'Aide à la Femme «25 novembre». Cette programme de la Secretaria Municipal de la cité Londrina – PR – BR, a été crée en 1993, après les revendications des mouvements de femmes, avec un équipe des professionnelles de Droit, Psychologie et service social, dans uns perspective multidisciplinaire d'aide a femmes en situation de violence. Le travail a comme objectif

général promouvoir, défendre et régater les droits des femmes en situation de violence psychologique, physique, sexuelle et social et aussi de garantir son intégrité psychique e son auto image. Plus que l'aide direct a la femme victime de violence, dans le Centre il y a des projets, campagnes et actions avec l'objectif de : orienter et informer les femmes sur ses droits ; conscientiser et sensibiliser et rendre conscient la communauté sur la question de la violence contre les femmes et fortifier le filet. La diversité d'interventions a l'objectif de combattre le défile de assister aux femmes en situations graves de violence et faire attention a des objectifs plus longs comme la capacitation, la conscientisation et l'auto organisation politique, comme des aspects qui sont communs aux réflexions des professionnelles dans le service, qui actent pour l'empowerment de ces femmes, en donnant des nouveaux perspectives de vie. L'intention est de dépasser une aide d'urgence qui limite ce type de programmes.

Mots-clés violence contre les femmes, centres d'aide, aide interdisciplinaire.

Waldecíria Costa é psicóloga, tendo actuado na Secretaria Municipal de Londrina no Atendimento a mulheres em situação de violência. Actualmente actua como técnica da APEM no Projecto «Partilhar o mundo: construir uma cidadania participativa». É doutoranda em Ciências da Educação na FPCE-UP.

Artigo recebido em Janeiro de 2005 e aceite para publicação em Outubro de 2005.